



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 422/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00320 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

UNIDADE: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicita acesso ao relatório integral do questionário do sistema e-Prevenção/PNPC, e relatório integral de diagnóstico fornecido pelo sistema e-Prevenção/PNPC. Ausência de resposta. Provimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI nº 422/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, conforme consta do protocolo número SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, o órgão informou que: *"O Programa Nacional de Prevenção à Corrupção tem por objetivo diminuir a corrupção e prevenir para que não ocorram casos na administração pública, nas três esferas. O programa não visa sancionar, nem expor as fragilidades de prefeituras, órgãos do Estado ou da Administração Pública Federal. O objetivo é facilitar a atuação dos gestores, auxiliar e orientar essas instituições a tomarem medidas efetivas que colaborem com a prevenção da corrupção. O programa prevê a inserção, por parte das Instituições públicas, de dados que servirão como referência e serão apresentados em relatório orientador para ações de prevenção, relatório estes de uso exclusivo das instituições. Portanto, não há dados individuais da Fundação Itesp, a serem divulgados."* Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instada a encaminhar os relatórios a fundação não se manifestou.
4. Deve-se consignar que tal direito a acesso a informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar novamente que não tem competência ou não é o canal correto. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada, além de não seguir o procedimento previsto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à informação – LAI e das disposições do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

5. Diante do exposto, constatada a falta de atendimento a demanda, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 26 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público